

Ata N.º	08/2016
Livro N.º	Folha N.º
37	

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL**  
**ATA N.º 08/2016 DE 06 DE MAIO**

----- Aos **seis** dias do mês de **maio** do ano de **dois mil e dezasseis**, nesta vila sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a oitava reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária e pública, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal, estando presente toda a Vereação, Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Delfina Maria da Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, Sr. Eng.º João Reis Paulo, Vereador em regime de meio tempo, Srs. Carlos Dias Mota e Dr. Cristóvão Malhada Ferreira, Vereadores em regime de não permanência. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica Regina Almeida Ramos. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e quarenta e cinco minutos, e verificando-se haver quórum para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- **Período “Antes da Ordem do Dia”**-----

----- Antes de se iniciar a ordem do dia foram abordados os seguintes assuntos: -----

----- **a) Lista do prazo médio de pagamento (PMP) registado por município em dezembro de 2015.** -----

----- O Sr. Presidente deu conhecimento à Vereação que na lista em epígrafe, publicada no portal da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), o município de Vila Nova de Paiva tem um PMP de 12 (doze) dias em 31 de dezembro de 2015, o que traduz uma significativa melhoria em relação ao período homólogo de 2014, em que o PMP era de 46 (quarenta e seis) dias. -----

----- **b) Deslocação a França do Sr. Presidente da Câmara.** -----

----- O Sr. Presidente informou que se acompanhou a Associação “Unidos de Vila Cova à Coelheira” na sua deslocação a França, à região de Perigues, onde teve oportunidade de contactar e conviver com emigrantes oriundos de Vila Cova à Coelheira. -----

----- **c) Processo de aquisição de parcela de terreno sito ao Lugar da Foz, na vila de Vila Nova de Paiva, pertença do Sr. Vitor Manuel Gonçalves Martins e**

**esposa, Sr.<sup>a</sup> Ana Bela Vinagre Ferreira Martins, destinado a integrar a obra de Construção do Parque Urbano e Praia Fluvial de Vila Nova de Paiva – Inquérito n.º 55/12.GASAT – 3.ª Secção do DIAP de Coimbra.** -----

----- O Sr. Presidente da Câmara deu conhecimento à Vereação do inquérito em epígrafe, nos termos que a seguir se transcrevem de forma integral: -----

*“A questão que quero trazer aos Srs. Vereadores, e penso que é o momento oportuno porque é aqui nos órgãos que se trata destas questões.*

*Na terça-feira tive a grande surpresa de receber um ofício do Tribunal do Sátão no qual o Ministério Público me acusa de abuso de poderes enquanto titular de cargos público. Me acusa de abuso de poderes.*

*Ontem mesmo estive reunido com uma equipa de advogados, e vou-vos relatar. Isto tem a ver com o Parque Urbano e Praia Fluvial de Vila Nova de Paiva, onde, e como vou dar estes dados fizemos o mapa de procedimento, a candidatura, e a contratação pública. Um projeto cofinanciado em valor superior a um milhão e duzentos mil euros, que envolvia dezenas e dezenas de proprietários que previamente também e de acordo com as candidaturas foi feita uma peritagem, por um perito avaliador da Lista Oficial do Tribunal, na qual discrimina as parcelas e lhe deu o respetivo valor.*

*Como vocês sabem este município não tem muita tradição em expropriação litigiosa exceto raros casos. Fizeram-se todas as expropriações amigáveis com dezenas de proprietários. Sucede porém que o Sr. Vitor Manuel Gonçalves Martins e a Sr.<sup>a</sup> Ana Bela Vinagre Ferreira Martins também eram proprietários de um artigo rústico naquele local, que estava inculto, do qual também eram necessário 430 m2.*

*Fizeram-se algumas insistências, com toda a gente o procedimento foi igual, e eu vou escarpelizar alguns factos e dizer-vos isto, e tudo isto foi comunicado atempadamente aos interessados:* -----

*Em 9 de dezembro de 2010, através do ofício n.º 470/DOM/10, apresentámos aos interessados uma proposta de aquisição de uma parcela de terreno com a área de 530m2, necessária à construção do Parque Urbano e Praia Fluvial de Vila Nova de Paiva, que mais tarde veio a ser reduzida para 430m2;*

*Em 4 de fevereiro de 2011, através do nosso ofício 93/DOM/11, e em face do silêncio dos proprietários, aqueles Srs. foram informados de que a generalidade dos proprietários já havia concordado com a aquisição amigável das parcelas necessárias à obra, e solicitamos que concordassem também eles com o valor global proposto de 1.325,00€ (2,50 €/m2);*

Ata N.º	08/2016
Livro N.º	Folha N.º
37	

*Em 22 de fevereiro de 2011, através do nosso ofício 108/DOM/11, face ao silêncio, uma vez mais a Câmara solicita-lhes novamente a concordância com a proposta anteriormente apresentada;*

*Os proprietários em questão, em 18 de abril de 2011, apresentaram nesta Câmara Municipal declaração de negociação amigável, de autorização da ocupação da parcela com a área de 530 m<sup>2</sup>, a destacar do artigo rústico n.º 2324 e concordaram com a indemnização proposta de 2,5€/m<sup>2</sup> nas seguintes condições:*

- Ser igualmente expropriada a parcela sobrança com 630m<sup>2</sup>;*
- O preço de 2,5€/m<sup>2</sup> igual para todos os proprietários em situação similar;*
- A indemnização devida efetuada antes da ocupação efetiva do terreno;*
- A indemnização a atribuir às árvores a abater idêntica à dos restantes proprietários (que era de 25,00€ por árvores o que, foi a prática desta Câmara com todos os proprietários).*

*Em 21 junho de 2011 foi consignada a empreitada e transmitido ao empreiteiro que, entre outras a parcela em questão não poderia ser ocupada enquanto não fosse liquidada a indemnização devida aos respetivos proprietários.*

*O empreiteiro estava de sobreaviso de que aquela parte, que era um bico de 430m<sup>2</sup> não poderia ser ocupada enquanto não fosse paga.*

*No início de julho de 2011, foram contactados informalmente aqueles senhores, tendo em vista a eventual cedência da parcela sobrança com 630 m<sup>2</sup> aos proprietários dos terrenos envolventes, não tendo, na altura sido colocada qualquer oposição a esta proposta.*

*Em finais de julho de 2011, aqueles senhores contactaram informalmente a Câmara Municipal informado que reconsideravam a situação e que afinal pretendiam ficar com a parcela sobrança.*

*Na segunda quinzena de agosto, e na ausência do responsável pelos Serviços da Divisão de Obras Municipais, e também do Chefe da DAF, ambos em gozo de férias, o empreiteiro iniciou os trabalhos na parcela em questão sem que previamente tivesse sido paga a indemnização devida e acordada com aqueles proprietários, no montante de mil e cem euros, contrariando assim expressamente as orientações que oportunamente lhe tinham sido transmitidas. Em 26 de agosto de 2011, aqueles proprietários ao tomarem conhecimento da lamentável ocorrência, solicitaram por escrito a revogação da declaração de negociação amigável apresentada em abril de 2011.*

*No início do mês de setembro de 2011, em reunião realizada no Gabinete do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal comprometeu-se a apresentar uma proposta de arranjo urbanístico das parcelas sobrance, tendo em vista, não só um melhor aproveitamento agrícola, mas também um eventual aproveitamento urbano das parcelas marginais à estrada municipal de Casfreiras, solução esta a integrar nos estudos do Plano Urbanístico (PU). Andámos durante setembro e outubro a negociar e viemos a verificar que só necessitávamos de 430 m<sup>2</sup> da parcela daqueles senhores.*

*Em meados de setembro aqueles senhores concordaram com a primeira proposta de arranjo, mas aquela proposta foi rejeitada pelos proprietários das parcelas limítrofes.*

*Em finais de setembro aqueles senhores rejeitaram a segunda e terceira propostas de Arranjo Urbanístico apesar de ambas as propostas merecerem a concordância dos restantes proprietários.*

*No início de outubro de 2011 foi igualmente recusada a última alternativa de Arranjo Urbanístico das parcelas envolventes ao arruamento de apoio à Praia Fluvial.*

*Não obstante os inúmeros contactos estabelecidos com todos os interessados e de ter sido reduzida a área a expropriar de 530 para 430 m<sup>2</sup>.*

*Interrompidas as negociações em outubro de 2011, optámos pelo silêncio convictos de que, aqueles senhores, à semelhança de todos os proprietários em situação idêntica (ocupação efetiva das parcelas sem previamente serem liquidadas as devidas indemnizações), iriam compreender a situação e aceitariam receber a indemnização após aprovação do respetivo financiamento comunitário.*

*Em 21 de novembro de 2011, e após aprovação do referido financiamento iniciaram-se os pagamentos que continuamos a efetuar ao longo dos últimos três meses à medida que as pessoas se deslocavam aos Serviços de Contabilidade da Câmara como tem sido prática corrente em situações similares.*

*Em 20 de fevereiro de 2012, aqueles senhores vêm requerer, ao contrário do esperado, que o prédio em questão lhes fosse devolvido. O prédio estava já com movimentação de terras e alguns lancis colocados. O empreiteiro tinha suspenso os trabalhos logo em agosto de 2011.*

*Assim e face ao pedido de devolução do prédio, o Presidente da Câmara, enviou àqueles senhores um ofício, no qual em primeiro lugar apresentou pedido de desculpas pela situação criada e pelos incómodos causados e simultaneamente propor-lhes uma das seguintes alternativas:*

Ata N.º	08/2016
Livro N.º	Folha N.º
37	

*a) Cedência da parcela sobrança do artigo 2325 com a área de 550 m<sup>2</sup> e pertença de Maria de Fátima de Sousa Mota Rego, ficando desta forma o prédio dos reclamantes com a área total da parcela de 1280 m<sup>2</sup>, ligeiramente superior à área da parcela inicial de 1160 m<sup>2</sup>, não havendo assim qualquer necessidade de indemnização. Tendo-lhe sido enviadas plantas com a área de terreno proposto.*

*b) Manutenção da proposta inicial de aquisição da totalidade do artigo 2324 (430m<sup>2</sup> mais 730 m<sup>2</sup> = 1160 m<sup>2</sup>) e respetiva indemnização de 2.900,00 € acrescidos de juros de mora à taxa legal (desde agosto, data em que lhe tinha sido entrado no prédio devido a imprevisto com Serviços) pelo atraso na liquidação da importância em dívida, a liquidar de imediato.*

*c) Aquisição da parcela a expropriar com 430 m<sup>2</sup> pelo valor de 1.075,00 €, acrescido dos respetivos juros de mora (leia-se 8,5%) pelo atraso na respetiva liquidação a liquidar de imediato.*

*Foi-lhes solicitada uma resposta tão breve quanto possível com vista à resolução definitiva da situação.*

*Daquele requerimento e daquelas alternativas que o município de boa-fé lhes fez, ficariam com os mesmos prédios e com uma área maior. Expropria-se, pagam-se os juros, liquida-se de imediato, ou conforme declaração inicial 430 m<sup>2</sup> pagam-se os juros desde o mês de agosto e liquida-se de imediato. Silêncio total! Não deram qualquer resposta à Câmara.*

*Em maio, como os Srs. Vereadores sabem também se tornou público, aqueles senhores colocaram um carro no terreno em causa, para impedir os trabalhos.*

*O Município e devidamente aconselhado pelo Gabinete Jurídico, entendeu notificá-los através da GNR para que retirassem a viatura. Sucede porém que depois de, e estando incumbido pelo Presidente, o Gabinete Jurídico de tratar do assunto para que se resolvessem as questões, e depois de semanas a fio de negociações vieram então à Câmara aqueles dois senhores acompanhados de advogado já mandatário, e chegou-se a acordo subscrito de 6 de junho mas que só foi assinado nesta Câmara em 22 de Junho, e cujo acordo celebrado entre o Presidente da Câmara, em representação do Município, como primeiro outorgante e os proprietários Sr. Vitor Manuel Gonçalves Martins e a Sr.ª Ana Bela Vinagre Ferreira Martins, segundos outorgantes, diz o seguinte:*

*“Considerando:*

*1.º Que os segundos outorgantes, são donos e legítimos proprietários do prédio rústico, sito à Foz, Freguesia e Concelho de Vila Nova de Paiva, com a área de 1160*

*m2, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 2324, não descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Paiva;*

*2.º Que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, está a levar a efeito a construção do Parque Urbano e Praia Fluvial de Vila Nova de Paiva, que se revela de todo o interesse público para o Município, que essa construção foi objeto de financiamento público;*

*3.º Que o prédio rústico, identificado no considerando 1.º, é parcialmente necessário para a execução da dita empreitada;*

*É livre e coincidentemente estabelecido o presente acordo que se regerá pelas seguintes disposições:*

*Primeira – Os segundos outorgantes cedem, para o domínio público, à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva a área de 430 m2 do prédio identificado;*

*Segunda – Os segundos outorgantes ficam na posse dos restantes 730 m2 de terreno, sendo realizadas todas as diligências de retificação de áreas e descrição do terreno emitindo certidão pelos serviços competentes da Câmara, sendo o mesmo inserido num futuro estudo do Plano de Urbanização para Vila Nova de Paiva;*

*Terceira – Os referidos 730 m2, iniciar-se-ão no muro que irá ser construído a nascente do regadio que irá ser construído pela Câmara Municipal, e que prevê para isso a demolição do atual muro e a edificação de um outro (que delimitará a nascente o terreno dos segundos outorgantes); e ocupará a parcela de terreno dos segundos outorgantes e a parte da parcela de terreno da Maria de Fátima Sousa Mota Rego, com a qual a Câmara Municipal, já Chegou a acordo, no sentido poente/norte, cfr. Planta que se anexa e que é parte integrante do presente acordo.*

*Quarta – Será efetuada uma entrada para o terreno dos segundos outorgantes, e que será exclusiva destes, a qual se iniciará no limite nascente do terreno e terá uma abertura de 4 metros.*

*Quinta – todas as obras serão realizadas num prazo máximo de 2 meses (o que o Município Cumpriu).*

*Sexta – Como contrapartida, a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva compromete-se, a pagar 2.50 euros o metro quadrado, pelos 430 m2 ocupados.*

*Bem como,*

*Sétima – Juros de mora à taxa de 8,5% contados desde agosto de 2011, data de ocupação do terreno, até ao integral pagamento, que será feito de imediato.*

*E ainda,*

Ata N.º	08/2016
Livro N.º	Folha N.º
37	

*Oitava – Uma compensação pelas três árvores no valor de 25 euros cada, num total de 75 euros, e,*

*Nona – Uma compensação de 300 euros por benfeitorias e perdas de rendimentos agrícolas.*

*Décima – Com o presente acordo ambas as partes põem termo a todo e qualquer litígio de natureza cível e criminal, presente e futuro, prescindindo do direito de queixa.*

*Por ser esta a vontade das partes é o presente acordo assinado e feito em duplicado, ficando o original arquivado nesta Câmara.”*

*O Sr. Presidente disse ter ficado surpreendido, quando em julho de 2013 aqueles senhores, mais uma vez vêm revogar também este acordo e remetem esta revogação para o Processo de Inquérito no Ministério Público. Revogaram o acordo, mas nunca devolveram os mil quinhentos e vinte e oito euros que receberam. Este cheque de mil e quinhentos e vinte e oito euros foi-lhes entregue no dia da assinatura do acordo no qual estavam acompanhados por advogado, da qual também fez uma denúncia para a Inspeção Geral de Finanças, que veio posteriormente solicitar à Câmara informações e à qual a Câmara Municipal por ofício n.º 2.823/DAF/13, de 13.12.2013, deu a seguinte resposta:*

*“Em resposta ao V/ ofício n.º 3.177, datado de 21 de novembro de 2013, registado nesta Câmara em 25 de novembro de 2013, sobre a exposição apresentada por Vítor Manuel Gonçalves Martins e por Ana Bela Vinagre Ferreira Martins, somos a informar V.ª Ex.ª como segue:*

*1 – Para efeitos de execução da obra municipal de Construção do Parque Urbano e Praia Fluvial de Vila Nova de Paiva, cofinanciada por fundos comunitários, foi oportunamente desencadeado processo de levantamento dos terrenos a ocupar e encetadas negociações com os muitos proprietários envolvidos, tendo em vista a cedência das parcelas de terrenos necessárias para a obra.*

*2 – No decorrer das negociações com os exponentes para a cedência de parcela de terreno do seu prédio rústico com o artigo matricial 2324, vieram estes apresentar uma comunicação/reclamação registada nesta Câmara Municipal em 20 de fevereiro de 2012, cuja cópia se anexa, em relação ao qual esta Câmara Municipal deu oportuna resposta através do n/ ofício n.º 92/DOM/12, de 27 de fevereiro, cuja cópia se anexa, que, de forma detalhada e cronológica, expõe o percurso das negociações havidas e propõe três alternativas para cedência da parcela de terreno em causa.*

3 – Na continuação das negociações foi, in fine, celebrado com os exponents um Acordo datado de 6 de junho de 2012, e efetivamente outorgado em 22 de junho, cuja cópia se anexa, que passou a reger as relações entre este Município e os exponents para todos os efeitos legais, sendo de realçar o acordado na cláusula décima.

4 – De referir que na celebração daquele acordo participou o advogado dos exponents, Dr. Admar Batista, a quem foi previamente enviado, tendo estado presente com os exponents na sua outorga.

5 – O preço e demais contrapartidas previstas no referido Acordo já foram oportunamente cumpridos.

Face ao exposto, julgamos, salvo melhor opinião, que não assiste aos exponents qualquer tipo de razão.”

----- O Sr. Presidente disse ainda aos Srs. Vereadores o seguinte: -----

“Estes são os factos que são públicos mas que toda a gente desconhece, e agora o Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, José Morgado Ribeiro vem a ser acusado por abuso de poder.

E diz o Sr. Procurador na sua fundamentação que, o Presidente da Câmara, e vou dar-vos nota da acusação, obviamente que este foi o crime porque estou acusado, mas que eram um rol deles e todos os outros foram arquivados (dano, apropriação ilegítima de imóveis, falsificação de documentos) todo um conjunto de crimes.

Mas como eu vos estava a dizer isto vem-se a verificar depois de dois acordos revogados, um inicial e outro final, e vem a ser acusado com a seguinte fundamentação:

- Que o Presidente no exercício do seu cargo abusou dos poderes pressionando, vejam bem, A Sr.ª Ana Bela e o Sr. Vitor Martins acompanhados de um ilustre advogado da comarca de Viseu foram pressionados e que o Presidente abusando dos seus poderes tirou um benefício para a Câmara, diz expressamente a acusação, um benefício para a Câmara em detrimento do legítimo direito dos proprietários. Que eu abusei dos meus poderes pressionando, quando lhes dei todas as alternativas, quando o documento foi subscrito, redigido pelo advogado deles e onde eles expõem todas as condições para sanar a situação.

Eu quero aqui no órgão, e isto vai ser tudo vertido em ata, dar conhecimento daquilo de que estou acusado no exercício do meu cargo. Obviamente que por uma questão de honra estou a preparar conjuntamente com os meus advogados a abertura



Ata N.º	08/2016
Livro N.º	Folha N.º
37	

*de instrução, juntar todas a documentação de que vos falei, dar testemunhas que efetivamente estiveram nas negociações, para contestar esta acusação.*

*Mas veja-se mais: o Sr. Procurador até põe uma alternativa há cerca de um mês. Até suspendia, que é figura que existe hoje, que fazia a suspensão provisória do processo por dois meses, a condição que punha era que se durante esses dois meses não houvesse nada de relevante ficava tudo sanado.*

*Mas, a Sr.ª Ana Bela e o Sr. Vitor Martins opuseram-se a essa suspensão nas seguintes condições:*

*- Que queriam que ficasse suspenso por dois meses, mas mediante o pagamento de uma indemnização de cinco mil euros. É isto que estamos a ter no nosso Município, e com esta causa, um prédio inculto, do qual foram necessários 430m2, que numa área expropriada de cerca de 60 mil m2 necessários para uma obra cujo investimento foi de um milhão e duzentos mil euros, deu neste resultado. Com dois acordos assinados e depois revogados. Obviamente que isto leva-me a pensar duas coisas, também foi dito pelo Sr. Vitor “já agora se pudermos ter partido disto”. Só me leva a crer que só têm um motivo, extorquir, extorquir.*

*Srs. Vereadores é esta a situação, é esta acusação que me fazem, obviamente que tenho todo o direito de me defender, mas também tenho o dever de lealdade, de transparência, de vos comunica, aqui, no órgão os factos que estão em cima da mesa.*

*E um Presidente da Câmara e deve era o único no país que está acusado de abuso de poder por beneficiar a Câmara em prejuízo e com pressão e contra a vontade destes senhores, como se uma Sr.ª oficial de justiça e um chefe de bombeiros devidamente acompanhados por advogado fossem pressionáveis, e quando eles no acordo final receberam mais que as outras pessoas, mais que o valor da peritagem e devidamente aconselhados.*

*Eu espero também, perante estes factos, lealdade do órgão porque em toda a atuação que tive foi para e com o interesse público para aquele projeto magnífico, cofinanciado, com grande impacto na requalificação ambiental e valorização daquele espaço, e que estes dois munícipes, estes senhores sempre arranjaram uma série de questões ao Município.*

*Esta é a realidade e eu é que estou a ser acusado e obviamente terei de me defender. Não tiveram os Srs. Vereadores conhecimento e intervenção direta porque estamos a falar de factos de 2010, 2011 e 2012, mas espero que perante a situação descrita a vossa solidariedade e lealdade.”*

----- O Sr. Vereador Cristóvão Ferreira interveio, de que se transcreve o teor integral da intervenção: -----

*“Se me permite Sr. Presidente, em primeiro lugar quero agradecer-lhe a exposição dos factos resumida. Este assunto não deixa de ser pertinente e de ter grande importância porque todos nós inseridos nesta comunidade, também somos pessoas que conhecemos as pessoas em questão. Da minha parte quero dizer que tanto da parte da Sr.<sup>a</sup> Anabela, como do Sr. Vitor, como do Sr. Presidente nada tenho a apontar a nenhum dos três, toda a gente sabe disso, é inequívoco. Mas da leitura que eu faço dos factos que nos apresentou resumidamente, neste momento, porque com certeza isto tem bastante documentação, bastante argumentação, relatórios de um lado e do outro. Mas se os factos realmente ocorreram, e nada me leva a pensar o contrário pela forma como aqui nos foram apresentados, não deixa de ser um caso caricato e ele neste momento está remetido para as instancias adequadas. Iremos aguardar para ver em que é que isto desembocará.*

*Por outro lado o Sr Presidente pediu-nos solidariedade. Não deixarei de tomar uma atenção especial, e se me permite, e com certeza que irá permitir que eu possa dar uma vista de olhos mais aprofundada a todo o processo.*

*Neste momento os únicos factos visuais e todos os que vivemos em Vila Nova de Paiva, observamos o desenrolar daquelas obras. Visualmente apercebemo-nos de que houve ali um problema durante algum tempo, desde a história do carro que esteve lá plantado. Portanto todos nos apercebemos que houve ali algum atrito. De facto no meio de tantos prédios, os problemas desembocaram só ali naquela propriedade, mas isso vale o que vale, com certeza que dando uma vista de obras no processo e seu desenrolar, desde a sua génese e conhecendo mais de perto o procedimento administrativo em si, porque tudo aquilo que nós conhecemos é como já disse mais visual, só depois nos poderemos pronunciar relativamente a este assunto.”*

----- O Sr. Presidente disponibilizou de imediato a consulta a toda a documentação deste processo que se encontra no Setor de Obras Municipais. -----

----- O Sr. Vereador Carlos Mota disse o seguinte, de que a seguir se transcreve o teor integral: -----

*“Relativamente a esta questão, vou ser sincero, eu só acordei para a política em Vila Nova de Paiva no ano de 2013 e adormeci logo a seguir, porque realmente eu vou-vos dizer acho que estas coisas são muito más, não deviam acontecer num Concelho tão pequeno como este.*

Ata N.º	08/2016
Livro N.º	Folha N.º
37	

*Não tenho uma opinião formada sobre o assunto em apreço, mas segundo o que ouvi aqui, que havia acordos feito, entendo que isto não devia acontecer, mas estas coisas são mesmo assim. Deus nos livre de maus vizinhos à porta, porque quando querem mexer connosco e com a justiça atual tudo é possível. É por isso que estas coisas acontecem, porque com uma justiça a sério nada disto acontecia.*

*Sou amigo do Sr. Vitor e da Sr.ª Ana Bela, sou muito amigo do Sr. Presidente José Morgado, e assim quero continuar. Não quero com isto estar aqui a criar complicações para a minha pessoa em termos de relação social com as pessoas, com as gentes deste Concelho, que são pessoas que eu muito prezo. O que tiver que ser feito, terá que ser feito, a verdade revelar-se-á e tudo se resolverá com a maior das facilidades face à transparência que está visível no processo em causa.”*

----- O Sr. Vereador João Paulo, corroborado pela Sr. Vereadora Delfina Gomes, também interveio, lembrando um adágio popular que se usava antigamente nas feiras de gado, na transação de animais depois de acordada a venda, e que rezava: “palavras dadas vacas ao dono”. Entende que, de facto, se houve um compromisso entre a Câmara Municipal e os proprietários do terreno, Sr. Vitor Martins e esposa, D. Ana Bela Vinagre, estes deveriam respeitar aquilo a que se comprometeram, respeitar “a palavra dada”. -----

#### ----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se então à análise da **Ordem do Dia** oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

----- **1 Apreciação e votação do texto definitivo da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 15 de Abril de 2016**, aprovada e assinada em minuta na própria reunião. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, com abstenção do Sr. Vereador Carlos Mota por não ter estado presente naquela reunião, aprovar o texto definitivo da ata da referida reunião. -----

#### ----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) Conhecimento da 4.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (GOP) e 4.ª Alteração ao Orçamento para o ano financeiro de 2016**, aprovadas por Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 20 de abril de 2016, no uso de competência delegada.

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento. -----

----- **b) Carla Mariana Santos Salvador, da Póvoa, freguesia do Touro** - Por requerimento registado em 31 de março de 2016, apresenta candidatura ao Incentivo à Natalidade e Adoção do Município de Vila Nova de Paiva pelo nascimento, em 04 de

março de 2016, de segundo descendente, Martim dos Santos Mota – Análise da candidatura – Informação n.º 39-USC-16, de 14 de abril de 2016, da Unidade Social e Cultural (USC). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de mil euros, ao abrigo e nos termos e condições previstos na alínea b) do n.º 2 do art.º 15.º e seguintes do Regulamento n.º 724/2015, de 19 de outubro, dado o agregado familiar ser residente no Município. -----

----- **c) Paulo César da Silva Pedro, de Vila Nova de Paiva** - Por requerimento registado em 08 de abril de 2016, apresenta candidatura ao Incentivo à Natalidade e Adoção do Município de Vila Nova de Paiva pelo nascimento em 21 de março de 2016, de primeiro descendente, Luca César Pereira Pedro – Análise da candidatura – Informação n.º 38-USC-16, de 13 de abril de 2016, da Unidade Social e Cultural (USC). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de quinhentos euros, ao abrigo e nos termos e condições previstos na alínea a) do n.º 2 do art.º 15.º e seguintes do Regulamento n.º 724/2015, de 19 de outubro. -----

----- **d) Grupo Desportivo Cultural e Recreativo Tourense, de Touro** – Por ofício registado em 21 de março de 2016, informam da realização da 4.ª Caminhada e 3.º Trail “Mira o Paiva” que terá lugar no dia 22 de Maio, e solicitam apoio financeiro para o efeito. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de duzentos e cinquenta euros, a processar até ao final de maio. -----

----- **e) Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Paiva** – Por ofício n.º 02/SD/16, registado em 18 de abril de 2016, informam da realização do V Passeio de Motorizadas até 50 cc, a realizar no próximo dia 05 de junho e solicitam apoio financeiro e material para o efeito. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de quinhentos euros, a processar até ao final de maio. -----

----- **f) Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Paiva** – Por ofício registado em 18 de abril de 2016, solicitam apoio financeiro para visita ao Oceanário de Lisboa de 15 alunos do 4.º ano do 1.º CEB no âmbito de deslocação a Lisboa para participarem na cerimónia de entrega de prémios no âmbito do concurso “Imagens Contra a Corrupção” da iniciativa do Conselho de Prevenção da Corrupção do Tribunal de Contas. -----

Ata N.º	08/2016
Livro N.º	Folha N.º
37	

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a concessão de um apoio financeiro de cento e trinta e cinco euros para custear os ingressos no Oceanário de Lisboa. -----

----- **g) Sport Clube Vilacovense, de Vila Cova à Coelheira** – Por ofício n.º 010, registado em 12 de abril de 2016, solicitam apoio financeiro e ou material para a requalificação dos balneários do Campo de Futebol de Vila Cova à Coelheira. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a concessão de um subsídio no montante de cinco mil euros e cedência de materiais de construção civil de idêntico valor para a referida qualificação, a processar em duas prestações iguais nos meses de junho e julho. -----

----- **h) Prestação de Contas do Exercício de 2015 – Conhecimento da Certificação Legal das Contas (CLC) e do Parecer do Auditor Externo**, firma Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda, apresentados na sessão ordinária da Assembleia Municipal que teve lugar no passado dia 27 de abril de 2016 – Conhecimento das Recomendações do Auditor Externo.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento dos documentos em epígrafe e das recomendações proferidas pelo auditor externo. -----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

----- A presente ata foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e foi assinada pelos membros que a aprovaram. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, eram doze horas, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi rubricada e assinada pelo Sr. Presidente da Câmara e por mim que a secretariei. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----